



**Seminário de Iniciação Científica
CENTRO DE NEGÓCIOS– FSG**

ISSN Online: 2318-8006

V. 7, N. 1 (2018)

<http://ojs.fsg.br/index.php/globalacademica>



**ANÁLISE DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 197-2017 DO
MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL**

Giovani Tizatto ^a, Mateus Negri ^b, Itacir Alves da Silva ^c

^a Acadêmico no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^b Acadêmico no Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário da Serra Gaúcha.

^c Mestre em Administração, professor do Centro de Negócios da FSG.

No dia a dia as pessoas procuram sempre a melhor escolha para a efetivação de suas atividades e negócios, a partir disso, constata-se que com a administração pública não poderia ser diferente, isso se remete também ao fato de que as entidades governamentais são obrigadas a realizar um procedimento prévio com o intuito de descobrir e selecionar a oferta que lhe apresente mais vantagens. Este sistema é chamado de Licitação, no qual trata-se de um assunto bastante complexo, sendo assim, este trabalho tem o intuito de apresentar de uma forma sucinta os principais pontos a serem verificados em uma licitação na modalidade pregão presencial. Para tanto, este, foi elaborado por dois acadêmicos, onde, em um primeiro momento foi escolhido o tema da licitação a ser estudada e auditada, em seguida foram estudadas as Leis e Decretos mencionados no edital da licitação através de uma leitura aprofundada, para subsequentemente serem mencionados e parafraseados os artigos que especificam cada detalhe da lei fazendo referência aos procedimentos adotados no edital. A análise dos dados coletados referentes a esta licitação, tem como principal objetivo auxiliar o processo de auditoria da mesma, sendo feita a partir da elaboração de um diagnóstico dos pontos mais importantes a serem observados e julgados em relação à legislação. Por meio de uma tabela foram descritos os principais itens a serem observados no processo da licitação e em seguida há uma conclusão se estes atendem ou não à sua base legal, por fim há uma sugestão no caso do item não atender à legislação referida. A partir desta tabela, foi possível analisar que maioria dos itens estão em conformidade com suas respectivas legislações e foram concluídos com sucesso. Todavia, de vinte e cinco itens, quatro não cumprem o que determina a Lei, itens de extrema importância

na questão financeira, na qual, neste caso em desconformidade com a legislação podem representar prejuízos às licitantes, no item que especifica a questão de atualização financeira de valores e no que trata sobre os reajustes dos preços em consequência das variações dos custos de produção destas. Há também descumprimento da base legal no item que estabelece que seja feito um cronograma de desembolso máximo por período, neste caso pode representar prejuízos para o município. Tendo em vista estes resultados, podemos afirmar que o processo desta licitação cumpriu todas etapas estabelecidas, porém obteve um percentual de 16% de itens que desobedecem a legislação, logo, o Município de Caxias fica responsável para que em uma futura licitação haja 100% de cumprimento ao que determina a Lei. Portanto este trabalho conseguiu demonstrar o passo a passo e como funciona uma licitação, através de um levantamento teórico e a análise de dados. Pode se notar que mesmo sendo fundamentada pela Constituição Federal de 1988 e regida por lei específica (Lei 8.666/93), o processo Licitatório é vulnerável quando colocado em prática, podendo sair do eixo legal tornando-se fraudulento. Sendo assim constata-se aqui a importância da auditoria sobre o processo licitatório, que se torna uma solução viável para a redução de fraudes enfrentadas pela administração pública.

REFERÊNCIAS

Comentários aos Aspectos Relevantes da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Thiago Donizetti Fernandes. Disponível em < https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4861 >. Acesso em 10 de Março de 2018.

Estudo Sobre Indicadores De Desempenho Utilizados Nos Processos Licitatórios Na Modalidade Pregão Em Sua Forma Presencial E Eletrônica Na Seccional Da Justiça Federal Em Natal/RN, Fernando Henrique Da Silva. Disponível em: < https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/4090/1/FernandoHS_Monografia.pdf >. Acesso em 5 de Março de 2018.

Lei Nº 8.666, De 21 De Junho De 1993. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm >. Acesso em 10 de Março de 2018.

Lei Complementar Nº 123, De 14 De Dezembro De 2006. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm >. Acesso em 15 de Março de 2018.

Pregão Presencial n.º 197-2017. Disponível em < <https://grp.caxias.rs.gov.br/grp/materiais/acessoexterno/compras/detalhesLicitacaoAcessoExterno.faces> >. Acesso em 05 de Março de 2018.

Significado de Licitação, Disponível em < <https://www.significados.com.br/licitacao/> >. Acesso em 5 de Março de 2018.